



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL <cplcbmpa@gmail.com>

RECURSO ADMINISTRATIVO MENEZES E BRITO

1 mensagem

ENZO SILVA <enzolicitacao@outlook.com>
Para: "cplbmpa@gmail.com" <cplbmpa@gmail.com>

20 de fevereiro de 2023 às 14:18

Boa tarde! Segue em anexo recurso administrativo, já adicionado ao sistema do compras governamentais. Desde já agradecemos e esperamos deferimento.

Atenciosamente,

Enzo Fábio S. da Silva.
Analista de Licitação.
Cel.: (98487-9218.

**RECURSO COMPLETO.pdf**
1645K



ILUSTRÍSSIMA SRA. PREGOEIRA E COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ.

RECURSO ADMINISTRATIVO

MENEZES DE BRITO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sede na Travessa Perebebui, 1372, Pedreira – Belém – Pará, inscrita sob CNPJ nº 45.622.906/0001-86, neste ato representada pelo Sra. PAMELA MENEZES DE BRITO portador da Carteira de Identidade nº. 3812507 PC-PA e do CPF nº 933.775.252-20, devidamente qualificado no presente processo, vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor este **RECURSO ADMINISTRATIVO**.

1- Considerações Iniciais:

Ilustre Comissão de licitação.

O respeitável julgamento do recurso administrativo interposto recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa RECORRENTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

2- Do Direito Pleno ao recurso administrativo:

A Requerente faz constar o seu pleno direito ao **RECURSO ADMINISTRATIVO** devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

3- Dos Fatos:



A recorrente motivou na data de 15 de fevereiro de 2023, o recurso administrativo com as alegações a seguir:

O Art. 41 da Lei federal 8.666/93 informa que *administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada*. Contudo ao verificar a ata percebemos o total desrespeito as exigências do edital, uma vez que se abre a possibilidade de ser apresentado documentos após a fase de recebimento de proposta e habilitação, não é apresentado todos os documentos exigidos no edital e quando realizado diligencia para apresentação de folders/catálogos os mesmos não são apresentados.

O primeiro ponto a ser questionado referente a decisão de aceitação a habilitação da empresa C. Q. COMÉRCIO E SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS E EVENTOS LTDA, inscrita sob CNPJ nº 09.356.159/0001-18, uma vez que foi informado que a mesma apresentou todos os documentos no SICAF, porem foi descumprido o item 5.3 do edital que fala: **“Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas”**. Ao verificarmos o processo é nítido que não ocorreu o exigido no mesmo, que seria o direito ao acesso aos dados pelos demais licitantes. A aceitação mencionada deludi o Art. 3º Lei 8.666/93 que diz: **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**. Uma vez que os princípios da legalidade, da igualdade e do julgamento objetivo estão sendo nitidamente violados.

Já no item 8.5.2 do edital, informa que documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro (a), está a solicitação de catálogos, não sendo apresentado pela arrematante, a não ser uma montagem própria que não apresenta característica alguma do produto, postergando o item 8.5.2.1 do edital: **No caso de apresentação de catálogos próprios, os mesmos somente serão aceitos se a licitante que realiza o envio seja a própria fabricante do objeto**. Claramente podemos observar que a arrematante não é a fabricante dos produtos ofertados.

Anexo um dos folders de um dos produtos ofertados para demonstrar o que é o catalogo do produto*

Pontuamos ainda a não apresentação em momento algum do solicitado no item 4.2 do Termo de referência: **A empresa vencedora deverá apresentar como forma de comprovação de qualidade mencionada no subitem anterior. Certificado ou semelhante de qualidade do fabricante ou similar**.

4 – COMENTÁRIOS GERAIS:

Nobre comissão, cabe-nos neste momento, a título de comentário geral, dizer que é sabido que o processo deve ter total transparência e que aceitar vinculo de documentos



após o encerramento do processo, a não apresentação de documentos exigidos no edital, ferre a lisura do certame.

5 – DO PEDIDO

E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que pedimos a inabilitação da empresa **C. Q. COMÉRCIO E SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS E EVENTOS LTDA**, uma vez que as mesmas não cumpriram com as exigências do edital, assim pedimos deferimento, evitando assim, maiores transtornos.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso,

Legalidade e Deferimento

Belém (PA), 20 de fevereiro de 2023.

MENEZES DE
BRITO

LTDA:456229060
00186

Assinado de forma
digital por MENEZES DE
BRITO

LTDA:45622906000186

Dados: 2023.02.20

14:06:22 -03'00'

**MENEZES DE BRITO LTDA
CNPJ Nº 45.622.906/0001-86**



Página Principal

Conheça

Informação Nutricional – (Porção de 200 ml – 1 copo)

INGREDIENTES BÁSICOS: Água, polpa de caju (15%), açúcar e edulcorante: stevia INS 960 (2,86mg/100ml). Contém: acidulante: INS 330, antioxidantes: ácido ascórbico INS 300, vitamina C, INS 223 e conservador: INS 202.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Produto Não Fermentado e Não Alcoólico, Homogeneizado e Pasteurizado. Não contém glúten.

Informação Nutricional – (Porção de 200 ml – 1 copo)		
	Quantidade por porção	%VD*
Calorias	68kcal =286 KJ	3
Cal. de Gordura	0	
Gorduras Totais	0	0
Gorduras Saturadas	0	0
Gorduras Trans	0	0
Colesterol	0	0
Proteínas	0	0
Carboidratos Totais	17 g	6
Açúcares	16,82g	–
Fibra Alimentar	0,18g	1
Sódio	29,7mg	1
Cálcio	18mg	2
Ferro	0,36mg	3
Vitamina C	30mg	67
* % Valores diários com base em uma dieta de 2000 Kcal ou 8400KJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.		

Validade: 12 meses

(FAQ)

Contato



has
n
r da fruta,

ro, bem
s A, B1,
caju é
jm



Pronto para Beber

Néctar de Caju

Informação Nutricional – (Porção de 200 ml – 1 copo)

INGREDIENTES BÁSICOS: Água, polpa de caju (15%), açúcar e edulcorante: stevia INS 960 (2,86mg/100ml). Contém: acidulante: INS 330, antioxidantes: ácido ascórbico INS 300, vitamina C, INS 223 e conservador: INS 202.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: *Produto Não Fermentado e Não Alcoólico, Homogeneizado e Pasteurizado. Não contém glúten.*

Informação Nutricional – (Porção de 200 ml – 1 copo)		
	Quantidade por porção	%VD*
Calorias	68kcal =286 KJ	3
Cal. de Gordura	0	
Gorduras Totais	0	0
Gorduras Saturadas	0	0
Gorduras Trans	0	0
Colesterol	0	0
Proteínas	0	0
Carboidratos Totais	17 g	6
Açúcares	16,82g	–
Fibra Alimentar	0,18g	1
Sódio	29,7mg	1
Cálcio	18mg	2
Ferro	0,36mg	3
Vitamina C	30mg	67
* % Valores diários com base em uma dieta de 2000 Kcal ou 8400KJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.		

Validade: 12 meses

Muito mais que suco, saúde e
de vida é o que nos move na busca por
uma vida mais leve.

Fale Conosco: 0800.2755444 |
sac@sucosjandaia.com

Informação Nutricional – (Porção de 200 ml – 1 copo)

© 2023 Sucos Jandaia. All Rights Reserved

INGREDIENTES BÁSICOS: Água, polpa de caju (15%), açúcar e edulcorante: stevia INS 960 (2,86mg/100ml). Contém: acidulante: INS 330, antioxidantes: ácido ascórbico INS 300, vitamina C, INS 223 e conservador: INS 202.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: *Produto Não Fermentado e Não Alcoólico, Homogeneizado e Pasteurizado. Não contém glúten.*

Informação Nutricional – (Porção de 200 ml – 1 copo)		
	Quantidade por porção	%VD*
Calorias	68kcal =286 KJ	3
Cal. de Gordura	0	
Gorduras Totais	0	0
Gorduras Saturadas	0	0
Gorduras Trans	0	0
Colesterol	0	0
Proteínas	0	0
Carboidratos Totais	17 g	6
Açúcares	16,82g	–
Fibra Alimentar	0,18g	1
Sódio	29,7mg	1
Cálcio	18mg	2
Ferro	0,36mg	3
Vitamina C	30mg	67
* % Valores diários com base em uma dieta de 2000 Kcal ou 8400KJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.		

Validade: 12 meses

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Registramos a intenção de recurso de vido o entendimento errôneo ao sumula do TCU, para inclusão de documentos por meio de diligência.

Voltar

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMA SRA. PREGOEIRA E COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ.

RECURSO ADMINISTRATIVO

MENEZES DE BRITO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sede na Travessa Perebeui, 1372, Pedreira – Belém – Pará, inscrita sob CNPJ nº 45.622.906/0001-86, neste ato representada pelo Sra. PAMELA MENEZES DE BRITO portador da Carteira de Identidade nº. 3812507 PC-PA e do CPF nº 933.775.252-20, devidamente qualificado no presente processo, vem na forma da legislação vigente em conformidade com o Art. 4º, XVIII da Lei Nº 10.520/02, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, interpor este RECURSO ADMINISTRATIVO.

1- Considerações Iniciais:

Ilustre Comissão de licitação.

O respeitável julgamento do recurso administrativo interposto recai neste momento para sua responsabilidade, o qual a empresa RECORRENTE confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade a ser praticada no julgamento em questão, buscando pela proposta mais vantajosa para esta digníssima administração, onde a todo o momento demonstraremos nosso Direito Líquido e Certo e o cumprimento pleno de todas as exigências do presente processo de licitação.

2- Do Direito Pleno ao recurso administrativo:

A Requerente faz constar o seu pleno direito ao RECURSO ADMINISTRATIVO devidamente fundamentado pela legislação vigente e as normas de licitação.

3- Dos Fatos:

A recorrente motivou na data de 15 de fevereiro de 2023, o recurso administrativo com as alegações a seguir:

O Art. 41 da Lei federal 8.666/93 informa que administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Contudo ao verificar a ata percebemos o total desrespeito as exigências do edital, uma vez que se abre a possibilidade de ser apresentado documentos após a fase de recebimento de proposta e habilitação, não é apresentado todos os documentos exigidos no edital e quando realizado diligência para apresentação de folders/catálogos os mesmos não são apresentados.

O primeiro ponto a ser questionado referente a decisão de aceitação a habilitação da empresa C. Q. COMÉRCIO E SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS E EVENTOS LTDA, inscrita sob CNPJ nº 09.356.159/0001-18, uma vez que foi informado que a mesma apresentou todos os documentos no SICAF, porem foi descumprido o item 5.3 do edital que fala: "Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas". Ao verificarmos o processo e nítido que não ocorreu o exigido no mesmo, que seria o direito ao acesso aos dados pelos demais licitantes. A aceitação mencionada deludi o Art. 3º Lei 8.666/93 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Uma vez que os princípios da legalidade, da igualdade e do julgamento objetivo estão sendo nitidamente violados.

Já no item 8.5.2 do edital, informa que documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro (a), está a solicitação de catálogos, não sendo apresentado pela arrematante, a não ser uma montagem própria que não apresenta característica alguma do produto, postergando o item 8.5.2.1 do edital: No caso de apresentação de catálogos próprios, os mesmos somente serão aceitos se a licitante que realiza o envio seja a própria fabricante do objeto. Claramente podemos observar que a arrematante não é a fabricante dos produtos ofertados.

Anexo um dos folders de um dos produtos ofertados para demonstrar o que é o catalogo do produto*

Pontuamos ainda a não apresentação em momento algum do solicitado no item 4.2 do Termo de referência: A empresa vencedora deverá apresentar como forma de comprovação de qualidade mencionada no subitem anterior. Certificado ou semelhante de qualidade do fabricante ou similar.

4 – COMENTÁRIOS GERAIS:

Nobre comissão, cabe-nos neste momento, a título de comentário geral, dizer que é sabido que o processo deve ter total transparência e que aceitar vínculo de documentos após o encerramento do processo, a não apresentação de documentos exigidos no edital, ferre a lisura do certame.

5 – DO PEDIDO

E é na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que pedimos a inabilitação da empresa C. Q. COMÉRCIO E SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS E EVENTOS LTDA, uma vez que as mesmas não cumpriram com as exigências do edital, assim pedimos deferimento, evitando assim, maiores transtornos.

Nestes Termos, Pedimos Bom Senso,
Legalidade e Deferimento

Belém (PA), 20 de fevereiro de 2023.

MENEZES DE BRITO LTDA
CNPJ Nº 45.622.906/0001-86

Voltar